**RESUMO**

Na Escola Estadual São Jose do Rio Claro, trabalho lúdico é desenvolvido pelos professores de Educação Física com brincadeiras e jogos que trabalham a lateralidade, a socialização, o reconhecimento do “eu” no mundo e facilita o trabalho pedagógicos das demais disciplinas em sala de aula, pois entende-se que a ludicidade é fator ponderante para uma educação significativa e valorativa para a criança e facilitadora para o professor que teria um instrumento de planejamento e facilitação a mais no seu cotidiano. Como as atividades lúdicas desenvolvidas nas aulas de Educação Física podem contribuir para que o processo de ensino-aprendizagem se torne um meio valorativo e positivo para o aprendizado do aluno? Quais são as atividades lúdicas que mais auxilia a atividade do professor em sala de aula? Por que a atividade lúdica é importante para o trabalho com crianças do ensino Fundamental? Como trabalhar as atividades lúdicas nas outras disciplinas e facilitar a aprendizagem significativa dos alunos? O objetivo deste trabalho e analisar a importância da atividade lúdica no processo de ensino e aprendizagem dos alunos da Escola Estadual São Jose do Rio Claro. Discutir as melhores formas de se trabalhar com a atividade lúdica em sala de aula; Propor atividades e oficinas docentes que os capacite a trabalhar mais especificamente com a atividade lúdica; Organizar método de trabalho lúdico que dê condições do aluno aprender com significado as matérias do cotidiano escolar.

As hipóteses a provar sao: H1 – A atividade lúdica aplicada aos alunos da Educação Infantil como jogos e brincadeiras facilitam o processo de absorção dos conhecimentos e desenvolvimento de habilidades na criança. H2 – A atividade lúdica, aplicada pelo professor carece estar em consonância com as demais atividades da criança, numa perspectiva multidisciplinar a fim de que o trabalho escolar seja eficaz e pleno. H3 – O professor regente de sala de Educação Infantil deve estar preparado e qualificado para o trabalho com o lúdico em suas diversas facetas a fim de que a criança possa movimentar-se e aprender movimentando.

O percurso teórico desenvolvido por este trabalho impôs algumas situações de fato que já era de conhecimento empírico, mas que necessitava de uma validação prática a respeito do uso da atividade lúdica nas aulas de Educação Física como facilitadora das demais disciplinas em sala de aula. Projeto de pesquisa desenvolvido na Escola Estadual São Jose do Rio Claro - MT. O trabalho evidencia que, apesar de ser um tema constante na fala dos professores, estar sempre pautado nas oficinas realizadas pelo órgãos gestor da educação no município, ainda é pouco aplicado de maneira inter, ou multidisciplinar nas demais aulas do Ensino Fundamental da escola.

**Palavras chaves: Atividades Lúdicas – Ensino – Aprendizagem – Educação Física.**

**REFLEXÕES SOBRE O USO DA ATIVIDADE LÚDICA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A educação infantil está presente no país há mais de cento e cinqüenta anos, quando as primeiras escolas para se cuidar de crianças foi inaugurada na sede do império, fazendo parte, assim, do panorama da sociedade e da educação brasileira. Ecléa BOSI (2001), em magnífico estudo sobre memória e sociedade, relata experiências de pessoas de idade que, quando adolescentes, ou mesmo meninas, trabalharam em escolas improvisadas em casa e que funcionavam como uma creche informal para aquelas mães que trabalhavam como lavandeiras e/ou domésticas.

Apesar dessa história longeva, essa mesma educação infantil não era considerada uma maneira formal de se educar, mas era vista e praticada, desde a Reforma Clemente Mariany (apud SEVERINO, 1994) como uma maneira assistencialista de se ajudar a família a trabalhar.

Até a publicação da nova LDB em 1996, não existiam diretrizes nacionais para a educação pré-escolar, referida apenas em dispositivo da Lei nº 5.692/71 – Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, integrado ao capítulo do ensino de 1º grau (art. 19, § 2º), estabelecendo que os sistemas de ensino velarão para que as crianças em idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes.

Assim, transferiu-se aos sistemas a incumbência de regulamentar a educação nessa faixa etária, o que resultou em significativa diversidade de normas educacionais. Em conseqüência, até 1996, a maioria dos sistemas estaduais de ensino normatizou a oferta educacional nas faixas etárias de dois a quatro anos, em maternais, e de quatro a seis anos, em jardins de infância, não regulamentando o atendimento de zero a dois anos, oferecido nas creches.

As pré-escolas, que funcionavam em escolas públicas e privadas de 1º e /ou 2º grau, integravam os sistemas de ensino. Ao contrário, a pré-escola oferecida em instituições específicas e as creches públicas e privadas integravam os sistemas de saúde e/ou assistência social.

Essa visão assistencialista predominou no Brasil desde a Reforma Mariany e bem antes dela também, pois não havia e, ainda não há, no Brasil uma ideologia de valorização da Educação Básica como maneira estratégica de se progredir material e intelectualmente.

A Constituição Federal de 1988, art. 208, IV, inscreve o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade entre os deveres do Estado / Poder Público para com a educação, reconhecendo, pois, a creche como instituição educativa. A LDB de 1996 define a educação infantil como primeira etapa da educação básica (art. 29), ampliando sua importância social ao integrá-la à formação comum indispensável para o exercício da cidadania (a educação escolar divide-se em educação básica e educação superior e, por sua vez, a educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.)

Assim, a nova legislação educacional marca uma mudança em relação ao papel do Estado / Poder Público para com essa faixa etária, que deixa de ser apenas o de velar pelas crianças pequenas, conforme a Lei da Reforma de Ensino de 1971, e passa a ser o de educar e cuidar.

Essa mudança conceitual e paradigmática que se executou na Educação Infantil veio ao encontro do que a Constituição Federal já determinava desde 1988, porém, foi somente a partir de 1996, com a aprovação da Lei n.° 9394 que a Educação Infantil passou a fazer parte da Educação Básica como um todo.

Observemos como a lei se refere à temática da educação infantil a partir da óptica do direito e do dever. Diz o RCNEI (Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil) (2000, p. 03):

No título III, Do Direito à Edu­cação e do Dever de Educar, art. 4o, IV, se afirma que: "O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade". Tanto as creches para as crianças de zero a três anos como as pré-escolas, para as de quatro a seis anos, são conside­radas como instituições de edu­cação infantil. A distinção entre ambas é feita apenas pelo critério de faixa etária.

A educação infantil é conside­rada a primeira etapa da educa­ção básica (título V, capítulo II, seção II, art. 29), tendo como fi­nalidade o desenvolvimento inte­gral da criança até seis anos de idade.

A idéia de dever aposta na Lei criou uma nova dinâmica de trabalho, ao mesmo tempo em que rompia com a ideologia de educação infantil como assistência social, pois se antes seu vínculo era com essa modalidade de serviço público, a partir de 1996 ela passou a ser entendida como educação.

Para KRAMER (2002), a tendência da educação infantil é sua inserção cada vez mais aproximada com o ensino fundamental para que haja maior integração. Nesse mesmo discurso, a autora postula ainda a necessidade das academias de educação estar preparadas para uma maior compreensão e atuação dos profissionais da educação infantil nas escolas.

A Educação Infantil, até bem poucos anos era vista apenas como uma fase em que a criança ia para a escola para brincar e para deixar o tempo dos pais livres para que pudessem desenvolver suas atividades produtivas. Essa assertiva era tão verdadeira que nos sistemas de ensino da rede pública brasileira não havia, sequer, uma destinação de verba específica para essa etapa da educação.

A partir de 1996, quando a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica com direito à educação e dever da família e do Estado é que passou a haver uma preocupação mais efetiva com essa modalidade de ensino, apesar dessa modalidade de ensino ter, segundo ABREU (2004), cerca de 150 anos de atividade no Brasil.

Ainda segundo ABREU (2004, p. 03) a Educação Infantil,

[...] cresce de forma acelerada no mundo inteiro em função de:

· a necessidade da família de uma instituição que se encarre­gue do cuidado e da educação de seus filhos pequenos;

· os argumentos advindos das ciências que investigam o pro­cesso de desenvolvimento hu­mano que indicam a primeira in­fância como período crítico desse processo;

· a compreensão de que o ser humano tem direito ao cuidado e à educação desde o nascimento, sendo a educação elemento constitutivo da pessoa;

· o direito dos trabalhadores, pais ou responsáveis, à educação de seus filhos e dependentes de zero a seis anos, segundo a Constituição Federal.

Em outras palavras, a Educação Infantil está enraizada nas sociedades ocidentais em função do próprio estilo de vida dessas sociedades, mas também em função das legislações educacionais que surgiram nos últimos vinte anos, quando se trata especificamente de Brasil.

Na Constituição e legislação educacional vigentes até 1988, o atendimento às crianças até 6 anos não era concebido como uma atividade de natureza educacional. Predominava a concepção segundo a qual se tratava de um atendimento de caráter predominantemente ou exclusivamente assistencial.

Até a publicação da nova LDB em 1996, não existiam diretrizes nacionais para a educação pré-escolar, referida apenas em dispositivo da Lei nº 5.692/71 – Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, integrado ao capítulo do ensino de 1º grau (art. 19, § 2º).

Assim, transferiu-se aos sistemas a incumbência de regulamentar a educação nessa faixa etária, o que resultou em significativa diversidade de normas educacionais. Em conseqüência, até 1996, a maioria dos sistemas estaduais de ensino normatizou a oferta educacional nas faixas etárias de dois a quatro anos, em maternais, e de quatro a seis anos, em jardins de infância, não regulamentando o atendimento de zero a dois anos, oferecido nas creches.

As pré-escolas, que funcionavam em escolas públicas e privadas de 1º e/ou 2º grau, integravam os sistemas de ensino. Ao contrário, a pré-escola oferecida em instituições específicas e as creches públicas e privadas integravam os sistemas de saúde e/ou assistência social.

Integram as diretrizes para a Educação Infantil na Lei n.° 9394/96 normatizada e com fundamento as seguintes diretrizes, conforme o discurso de ABREU (2004:05):

· recebe tratamento igual ao do ensino fundamental e do ensino médio, com capítulo próprio

· é definida como primeira etapa da educação básica

· sua finalidade é o desenvol­vimento integral da criança, nos aspectos físico, psicológico, in­telectual e social

· é complementar à ação da família e da comunidade no de­senvolvimento da criança, sendo, pois, necessária a integração es­cola-família-comunidade

· é oferecida em:

- creches ou entidades equiva­lentes para crianças de zero a 3 anos

- pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos

Assim sendo, o importante frisar, a partir dos aspectos levantados anteriormente sobre a Educação Infantil e a nova óptica de percepção que ela nos traz é: até que ponto, ou como ensino de música, aliado a outras formas lúdicas de ensino pode facilitar desenvolvimento cognitivo da criança de Educação Infantil, mesmo levando em conta não ser ela uma fase de alfabetização escolar?

**DEFINIÇÃO DE ATIVIDADE LÚDICA**

O lúdico tem sua origem na palavra "ludus" que quer dizer jogo, a palavra evoluiu levando em consideração as pesquisas em psicomotricidade, de modo que deixou de ser considerado apenas o sentido de jogo. O lúdico faz parte da atividade humana e caracteriza-se por ser espontâneo, funcional e satisfatório.

Na atividade lúdica não importa somente o resultado, mas a ação, o movimento vivenciado.

Atividade lúdica é todo e qualquer [movimento](http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento) que tem como [objetivo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Objetivo) produzir prazer quando de sua execução, ou seja, [divertir](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Divertir&action=edit&redlink=1) o praticante. A atividade lúdica também é conhecida como brincadeira.

Sumariamente teríamos as seguintes caracteristicas sobre elas: - são brinquedos ou brincadeiras menos consistentes e mais livres de regras ou normas; - são atividades que não visam a competição como objetivo principal, e mas a realização de uma tarefa de forma prazerosa; - existe sempre a presença de motivação para atingir os objetivos.

Desde os [filósofos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Filosofia) [gregos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Gr%C3%A9cia) que se utiliza esse expediente para ajudar os aprendizes. Assim, brincadeiras e jogos podem e devem ser utilizados como uma [ferramenta](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ferramenta) importante de [educação](http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o). Frequentemente, as atividades lúdicas também ajudam a memorizar fatos e ajudam em testes cognitivos.

No contexto da Educação Física, as atividades lúdicas consistem em exercícios físicos sadios e intensos. Os professores consideram que tais atividades propiciam desafogo de dificuldades emocionais e sentimentos agressivos, fortalecendo entre outras coisas a auto-estima e a segurança(1)

Na Educação Infantil, as atividades lúdicas são mais empregadas no apredizado das [crianças](http://pt.wikipedia.org/wiki/Crian%C3%A7as) de 0 a 5 anos de idade, onde elas interagem umas com as outras, desempenham papéis sociais (papai e mamãe), desenvolvem a imaginação, criatividade e capacidade motora e de raciocínio. Alguns educadores julgam necessário que as brincadeiras sejam direcionadas e possuam um objetivo claro, sob o argumento de que são importantes no desenvolvimento afetivo, motor, mental, intelectual, social, enfim no desenvolvimento integral da criança.

A maioria das escolas tem didatizado a atividade lúdica das crianças restringindo-as a exercícios repetidos de discriminação viso- motora e auditiva, através do uso de brinquedos, desenhos coloridos, músicas ritmadas. Ao fazer isso, ao mesmo tempo em que bloqueia a organização independente das crianças para a brincadeira, essas práticas pré- escolares, através do trabalho lúdico didatizado, enfatizam os alunos, como se sua ação simbólica servisse apenas para exercitar e facilitar para o professor, a transmissão de determinada visão do mundo, definida a priori pela escola.

“É fundamental que se assegure à criança o tempo e os espaços para que o caráter lúdico do lazer seja vivenciado com intensidade capaz de formar a base sólida para a criatividade e a participação cultural e, sobretudo para o exercício do prazer de viver, e viver, como diz a canção como se fora brincadeira de roda” (MARCELINO, NELSON. C.,1996, p. 38).

É papel da educação formar pessoas criticas e criativas, que criem, inventem, descubra, que sejam capazes de construir conhecimento. Não devendo aceitar simplesmente o que os outros já fizeram, aceitando tudo o que lhe é oferecido. Daí a importância de se ter alunos que sejam ativos, que cedo aprendem a descobrir, adotando assim uma atitude mais de iniciativa do que de expectativa.

Considera-se função da educação infantil promover o desenvolvimento global da criança; para tanto é preciso considerar os conhecimentos que ela já possui, proporcionar a criança vivenciar seu mundo, explorando, respeitando e reconstruindo.

Nesse sentido a educação infantil deve trabalhar a criança, tomando como ponto de partida que está é um ser com características individuais e que precisa de estímulos, para crescer criativa, inventiva e acima de tudo crítica.

Quando o aluno chega a escola traz consigo uma gama de conhecimento oriundo da própria atividade lúdica. A escola, porém, não aproveita esses conhecimentos, criando uma separação entre a realidade vivida por ela na escola e seus conhecimentos. A escola agindo desta forma estará comprometendo a própria espontaneidade da criança, que não se sentirá tão a vontade em sala de aula a ponto de deixar fluir naturalmente sua imaginação e emoção.

A ação de brincar, segundo ALMEIDA (1994) é algo natural na criança e por não ser uma atividade sistematizada e estruturada, acaba sendo a própria expressão de vida da criança. RIZZI e HAYDT convergem para a mesma perspectiva quando afirmam: “O brincar corresponde a um impulso da criança, e este sentido, satisfaz uma necessidade interior, pois, o ser humano apresenta uma tendência lúdica” (1987 p. 14).

O lúdico aplicado à prática pedagógica não apenas contribui para a aprendizagem da criança, como possibilita ao educador tornar suas aulas mais dinâmicas e prazerosas.

CUNHA (1994) ressalta que a brincadeira oferece uma “situação de aprendizagem delicada”, isto é, o educador precisa ser capaz de respeitar e nutrir o interesse da criança, dando-lhe possibilidades para que envolva em seu processo, ou do contrário perde-se a riqueza que o lúdico representa.

Neste sentido é responsabilidade do educador, na educação infantil, ajudar a criança a ampliar de fato, as suas possibilidades de ação. Proporcionando à criança brincadeiras que possam contribuir para o seu desenvolvimento psicosocial e conseqüentemente para a sua educação.

O lúdico enquanto recurso pedagógico deve ser encarado de forma séria e usado de maneira correta, pois como afirma ALMEIDA (1994), o sentido real, verdadeiro, funcional da educação lúdica estará garantida, se o educador estiver preparado para realizá-lo.

Sendo que o papel do educador é, intervir de forma adequada, deixando que o aluno adquira conhecimentos e habilidade; suas atividades visam sempre um resultado, e uma ação dirigida para a busca d finalidades pedagógicas.

FERREIRO (1989) já apontava para a importância de se oferecer a criança ambientes agradáveis onde se sinta bem e a vontade, pois a criança deverá se sentir como integrante do meio em que está inserida.

Conceber o lúdico como atividade apenas de prazer e diversão, negando seu caráter educativo é uma concepção ingênua e sem fundamento. A educação lúdica é uma ação inerente na criança e no adulto aparece sempre, como uma forma transacional em direção a algum conhecimento.

A criança aprende através da atividade lúdica ao encontrar na própria vida, nas pessoas reais, a complementação para as suas necessidades.

**A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA APRENDIZAGEM**

O lúdico tem sua origem na palavra latina "ludus" que quer dizer "jogo”. Se se achasse confinado a sua origem, o termo lúdico estaria se referindo apenas ao jogar, ao brincar, ao movimento espontâneo. O lúdico passou a ser reconhecido como traço essencial de psicofisiologia do comportamento humano. De modo que a definição deixou de ser o simples sinônimo de jogo. As implicações da necessidade lúdica extrapolaram as demarcações do brincar espontâneo.

O Lúdico apresenta valores específicos para todas as fases da vida humana. Assim, na idade infantil e na adolescência a finalidade é essencialmente pedagógica. A criança e mesmo o jovem opõe uma resistência à escola e ao ensino, porque acima de tudo ela não é lúdica, não é prazerosa.

Segundo PIAGET, o desenvolvimento da criança acontece através do lúdico. Ela precisa brincar para crescer, precisa do jogo como forma de equilibração com o mundo.

Para VITAL DIDONET “é uma verdade que o brinquedo é apenas um suporte do jogo, do brincar, e que é possível brincar com a imaginação. Mas é verdade, também, que sem o brinquedo é muito mais difícil realizar a atividade lúdica, porque é ele que permite simular situações”.

A ludicidade, tão importante para a saúde mental do ser humano é um espaço que merece atenção dos pais e educadores, pois é o espaço para expressão mais genuína do ser, é o espaço e o direito de toda a criança para o exercício da relação afetiva com o mundo, com as pessoas e com os objetos.

O lúdico possibilita o estudo da relação da criança com o mundo externo, integrando estudos específicos sobre a importância do lúdico na formação da personalidade. Através da atividade lúdica e do jogo, a criança forma conceitos, seleciona idéias, estabelece relações lógicas, integra percepções, faz estimativas compatíveis com o crescimento físico e desenvolvimento e, o que é mais importante, vai se socializando.

A convivência de forma lúdica e prazerosa com a aprendizagem proporcionará a criança estabelecer relações cognitivas às experiências vivenciadas, bem como relacioná-la as demais produções culturais e simbólicas conforme procedimentos metodológicos compatíveis a essa prática.

De acordo com Nunes, a ludicidade é uma atividade que tem valor educacional intrínseco, mas além desse valor, que lhe é inerente, ela tem sido utilizada como recurso pedagógico. Segundo Teixeira 1995 (apud NUNES), várias são as razões que levam os educadores a recorrer às atividades lúdicas e a utilizá-las como um recurso no processo de ensino-aprendizagem:

• As atividades lúdicas correspondem a um impulso natural da criança, e neste sentido, satisfazem uma necessidade interior, pois o ser humano apresenta uma tendência lúdica;

• O lúdico apresenta dois elementos que o caracterizam: o prazer e o esforço espontâneo.

Ele é considerado prazeroso, devido a sua capacidade de absorver o indivíduo de forma intensa e total, criando um clima de entusiasmo. É este aspecto de envolvimento emocional que o torna uma atividade com forte teor motivacional, capaz de gerar um estado de vibração e euforia. Em virtude desta atmosfera de prazer dentro da qual se desenrola, a ludicidade é portadora de um interesse intrínseco, canalizando as energias no sentido de um esforço total para consecução de seu objetivo. Portanto, as atividades lúdicas são excitantes, mas também requerem um esforço voluntário;

Em geral, o elemento que separa um jogo pedagógico de um outro de caráter apenas lúdico é este: desenvolve-se o jogo pedagógico com a intenção de provocar aprendizagem significativa, estimular a construção de novo conhecimento e principalmente despertar o desenvolvimento de uma habilidade operatória, ou seja, o desenvolvimento de uma aptidão ou capacidade cognitiva e apreciativa específica que possibilita a compreensão e a intervenção do indivíduo nos fenômenos sociais e culturais e que o ajude a construir conexões.

O Lúdico refere-se à abstração de uma situação sob a forma de um jogo ou brincadeira. É como se fosse dada a alguém a oportunidade de passar por alguma experiência de forma "simulada".

Quando uma mãe empurra sua criança num balanço, por exemplo, ela pode estar fazendo a criança passar pela experiência de separação e aproximação, comum no dia-a-dia de uma mulher que sai para trabalhar e deixa os filhos em casa ou em uma creche.

Quando os adolescentes brincam de "Verdade ou Conseqüência" estão igualmente criando um ambiente para a descoberta da sua sexualidade e de como as demais pessoas interagem com ela.

Além disso, o lúdico pode ser utilizado para potencializar o processo de aprendizagem, como em uma dinâmica de grupo de uma empresa ou escola ou em um software de treinamento para pilotos de avião.

É importante você atentar para o caráter simbólico do lúdico. Nele, as pessoas adotam estados emocionais diferentes dos que normalmente apresentam, atribuem estados afetivos ficctícios aos outros e compartilham emoções (Coll, Mareschi, Palacios & Cols, 2004).

Tem um ditado popular muito sábio e absolutamente verdadeiro que diz que "toda brincadeira tem um fundo de verdade". É isso aí. Ela tem um significado, nem sempre apresente, mas implícito no contexto na qual é realizada.

Achei uma caracterização do lúdico bem interessante também em Ratner e Brauner (1978):

- limitam e tornam muito familiar o domínio semântico em que são empregadas as diferentes produções;

- oferecem uma estrutura da tarefa altamente previsível com claros momentos de corte ou "brechas", nas quais um e outro podem introduzir funcionalmente suas vocalizações;

- permitem papéis reversíveis aos participantes;

- as tarefas envolvidas são muito versáteis, podendo incorporar elementos e conteúdos diferentes;

- o clima de brincadeira evita qualquer referência ao "castigo".

O jogo tem regras explícitas e esse fato é o que o caracteriza. Já a brincadeira pode ou não ter regras e quando as tem geralmente são implícitas, pessoais que às vezes nem outra criança ou o adulto são capazes de entender. O material do jogo pode ser usado com objetivo lúdico ou pedagógico. Deve-se primeiro trabalhar o lúdico – deixar as crianças manipularem e brincarem como quiserem – e só depois promover as atividades pedagógicas.

O lúdico nem sempre é prazeroso. Quando perde, a criança experimenta o sofrimento. Por isso, a palavra chave do lúdico é liberdade.

Ao impor o jogo, o adulto faz com que parte da ludicidade se perca prejudicando a aprendizagem. Uma vez que o lúdico é o meio para a aprendizagem potencialmente significativa.

Aprendizagem significativa não é aquela necessariamente importante, mas sim a que faz conexão com conceitos ou habilidades pré-existentes.

É inadequado usar o brinquedo/material somente como instrumento pedagógico. Isso pode dificultar a aprendizagem da criança, já que a impede de exercer o lúdico, de explorar o objeto e reconstruir o conhecimento ao seu modo.

Ao observar a criança brincando o professor tem a oportunidade de descobrir comportamentos e avaliar a evolução da criança nos aspectos motor, afetivo, social, cognitivo.

Para a criança aprender ela precisa brincar, por isso envolve a brincadeira em todas as ações que executa. O lúdico deve fazer parte da natureza de todas as ações em sala de aula.

O brincar proporciona a troca de pontos de vista dife­rentes, ajuda a perceber como os outros o vêem, au­xilia a criação de interesses comuns, uma razão para que se possa interagir com o ou­tro. Ele tem em cada mo­mento da vida da cri­ança, uma função, um sig­nificado diferente e especial para quem dele participa. Aos poucos os jogos e brin­cadei­ras vão possibilitando às cri­anças a experiência de bus­car coerência e ló­gica nas suas ações gover­nando a si e ao outro. Elas passam e pensar sobre suas ações nas brincadei­ras, sobre o que falam e sentem, não só para que os outros possam com­preendê-las, mas também para que continuem partici­pando das brincadeiras. Aí está o difí­cil e o fácil que é o brincar e o conviver com o outro. (DORNELLES, 2001, p. 210).

Muitos pesquisadores denominam o século XXI como o século da ludicidade, vivemos em tempos em que diversão, lazer, entreterimento apresentam-se como condições muito perquiridas pela sociedade. E por torna-se a dimensão lúdica alvo de tantas atenções e desejos, faz-se necessariamente e fundamental resgatarmos a sua essência.

Viver ludicamente significa uma forma de intervenção no mundo, indica que não apenas estamos inseridos no mundo, mas, sobretudo, que somos parte desse conhecimento prático e que essas reflexões são as nossas ferramentas para exercermos um protagonismo lúdico e ativo.

O percurso teórico desenvolvido por este trabalho impôs algumas situações de fato que já era de conhecimento empírico, mas que necessitava de uma validação prática a respeito do uso da atividade lúdica nas aulas de Educação Física como facilitadora das demais disciplinas em sala de aula

Projeto de pesquisa desenvolvido na Escola Municipais São Jose do Rio Claro - MT.

O trabalho evidencia que, apesar de ser um tema constante na fala dos professores, estar sempre pautado nas oficinas realizadas pelo órgãos gestor da educação no município, ainda é pouco aplicado de maneira inter, ou multidisciplinar nas demais aulas do Ensino Fundamental da escola.Esse trabalho, de aplicação da atividade lúdica por parte do professor de Educação Física, além de despertar o interesse do aluno pel0a movimentação, pelo reconhecimento espacial do seu corpo, leva-o a repensar o seu papel no meio em que vive, ou seja, passa a se reconhecer como um ser em si mesmo.

Apesar de toda essa validação do valor da atividade lúdica, necessita ser aplicada nas demais disciplinas como forma de extensão e complementação da atividade educacional, afinal, educação é um todo orgânico e deve estar presente como uma totalidade na vida do aluno.

**RECOMENDAÇÕES**

Em vista do exposto acima, interessante se faz, a escola:

a) Investir mais em capacitações que coloquem a atividade lúdica como parte integrante e inerente da atividade docente;

b) propor oficinas de estudos e grupos de estudos que trabalhem, exclusivamente com as atividades lúdicas aplicadas em sala de aula como forma de garantir uma educação de qualidade para os alunos;

c) adquirir materiais que mediatizem a atividade lúdica para todos os professores em sala de aula e que imprimam qualidade ao processo educativo mediados pela ludicidade.

Enfim, são propostos apriorísticas de fácil execução que necessitam ser colocadas em prática a fim de que o trabalho lúdico não fique reduzido apenas às aulas de Educação Física.

**BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Fernando José de, JUNIOR, Fernando Morais Fonseca. *Projetos e Ambientes Inovadores*/ Secretaria de Educação. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2000.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_Lei do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Campo Grande /MS, 2004

\_\_\_\_\_\_\_\_\_Plano Municipal de Educação de Corumbá. MS. Corumbá-MS/2007.

BERTOLDI, Maria Eugenia. *Psicologia da Aprendizagem*. Curitiba. Editora Fael, 2010.

CURY, Ana Cristina, Luciana de Luca Dalla Valle. Projetos Educacionais – Curitiba: Editora Fael, 2010:

GOMES, Ana Maria Salgado e TERÁN, Nora Espinosa. Dificuldades de Aprendizagem. Produção Editorial: Equipe Cultural. Ed. MMIX.

GONÇALVES, Susana. Teoria da aprendizagem pratica de ensino. ESEC. 2001.

FAZENDA, 1. C. (1995) A Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Campinas/SP, Papirus.

FAZENDA, I. C. (1995) A Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Campinas/SP, Papirus.

FORTUNA, Tânia Ramos. Formando professores na Universidade para brincar. In: SANTOS, Santa Marli P.dos (org.). A ludicidade como ciência. Petrópolis: Vozes, 2001, p.116.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Educação, ludicidade e prevenção das neuroses futuras: uma proposta pedagógica a partir da Biossíntese. In: LUCKESI, Cipriano Carlos (org.) Ludopedagogia - Ensaios 1: Educação e Ludicidade. Salvador: Gepel, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Educação, ludicidade e prevenção das neuroses futuras: uma proposta pedagógica a partir da Biossíntese. In: LUCKESI, Cipriano Carlos (org.) Ludopedagogia - Ensaios 1: Educação e Ludicidade. Salvador: Gepel, 2000.

MORIN, E. (1999). Amor, Poesia e Sabedoria. Lisboa: Instituto Piaget.

MOREIRA, Jairto Saraiva. Professores do Assentamento Taquaral: A trajetória de luta pela Terra e Educação – Tese de Mestrado, 2010.

MORIN, E. (1999). Amor, Poesia e Sabedoria. Lisboa: Instituto Piaget.  
PAÍN Sara. Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem. 3ª edição

Porto Alegre, Artes Médicas, 1989

PIAGET, Jean. Seis Estudos de Psicologia; tradução Maria Alice Magalhães D’Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 23ª edição, Rio de Janeiro: Forence Universitária,1998.

PIAGET, Jean. O Juízo Moral na Criança. São Paulo, Summus, 1994.

PIAGET, Jean e INHELDER, Bärbel. A psicologia da criança. São Paulo: DIFEL, 1982.

PIAGET, Jean. Como se desarolla la mente del niño. In : PIAGET, Jean et allii. Los años postergados: la primera infancia. Paris: UNICEF, 1975.

PIAGET, Jean. Biologia e Conhecimento. 2ª Ed. Vozes: Petrópolis, 1996.